

## HANS ALBERT: VERDADE VERSUS CERTEZA

**Maria Cecília M. de CARVALHO**

Instituto de Filosofia – PUCCAMP

Em minha aula estarei me apoiando nas considerações que Hans Albert fez em torno do tema da verdade e da certeza. Hans Albert é um filósofo alemão contemporâneo, ainda relativamente pouco conhecido no Brasil, onde apenas uma de suas obras foi traduzida. Trata-se da obra: "Tratado da Razão Crítica", escrita em alemão em 1968. Hans Albert é um representante do chamado "Racionalismo Crítico", linha de pensamento fundada por Karl R. Popper e que tem em Hans Albert seu mais eminente representante na Alemanha Ocidental.

Hans Albert tem procurado mostrar que, a história da filosofia, a busca da verdade esteve quase sempre associada à busca da certeza. Contrariamente a essa tendência, que parece tão natural, Albert propugna pela dissociação entre certeza e verdade. Desvincular a busca da verdade da busca da certeza constitui, por assim dizer, um dos pilares mais importantes da filosofia do Racionalismo Crítico.

No primeiro capítulo de sua obra "Tratado da Razão Crítica" e que tem como título: "O problema da Fundamentação", Hans Albert apresenta suas razões em favor daquela desvinculação. Vejamos como argumenta nosso autor:

A teoria do conhecimento parece ter estado sempre às voltas com a questão da fundamentação de nosso saber. O tema da fundamentação sempre foi considerado de extrema relevância para o teoria do conhecimento, uma vez que sempre se teve como certo que um saber genuíno, autêntico, não se confunde com a simples opinião. Sempre pareceu mais ou menos óbvio que o que distingue o saber autêntico da simples opinião é que o saber autêntico é um saber fundamentado, edificado em bases sólidas, inabaláveis, enquanto que as opiniões, estando impregnadas de subjetividade, são provisórias, carecem de fundamento seguro e de base sólida. E esta base segura, sobre a qual se funda o saber genuíno, é que garante a este o caráter de verdade e de certeza, qualidades próprias do saber autêntico.

"De acordo com isso parece que verdade e certeza estão estreitamente ligadas para o conhecimento humano. "À busca da verdade, de

concepções, convicções e enunciados verdadeiros — e, por isso mesmo: de teorias verdadeiras —, parece estar inseparavelmente ligada a busca de fundamentos seguros, a busca de uma fundamentação absoluta e, portanto a justificação das nossas convicções, a busca de um ponto arquimédico para a esfera do conhecimento”<sup>1</sup>.

As epistemologias clássicas, que privilegiam a idéia de um saber solidamente fundado, parecem se orientar por um modelo de racionalidade, centrado em uma variante metodológica do princípio de razão suficiente, que poderia ser formulado assim: “busca sempre uma fundamentação suficiente para todas as tuas convicções”<sup>2</sup>.

Para esse modelo de racionalidade, somente os enunciados evidentemente fundamentados podem merecer legitimamente o nome de conhecimento. Somente o recurso a uma base sólida pode conferir certeza aos enunciados que dela derivam.

## 2. A IMPOSSIBILIDADE DE UM PONTO ARQUIMÉDICO

A questão que Albert levanta é a seguinte: é possível atingir-se um ponto arquimédico para o edifício do conhecimento? Nosso autor contesta tal possibilidade. Vejamos o porquê:

Em primeiro lugar, precisamos ter em mente o que se deve entender por fundamentação: o que significa fundamentar um enunciado e em que circunstâncias pedimos fundamentação para um enunciado? Normalmente procuramos fundamentação para asserções que se nos afiguram como problemáticas, não evidentes. Fundamentar uma asserção significa mostrar as razões em que tal asserção se apoia, isto é, elencar outras asserções que dão fundamento ou sustentação àquela asserção considerada problemática. O tema da fundamentação nos remete à Lógica, ciência que tem por objeto o estudo de argumentos. E a Lógica nos ensina que fundamentar um enunciado é derivá-lo de outros enunciados. Construir uma fundamentação para o enunciado A é construir uma inferência na qual o enunciado A atua como conclusão, a qual decorre, segundo regras, de outros enunciados, que são as premissas da inferência.

Vejamos o que isso tem a ver com a questão levantada, ou seja, se é ou não possível alcançarmos uma fundamentação última para o conhecimento, Noutros termos, a questão é a seguinte: é possível retrocedermos a premissas últimas, que não derivariam de outras premissas e que, por isso mesmo, dariam a necessária sustentação ao edifício do saber?

Albert argumenta da seguinte maneira: Se se exige uma fundamentação suficiente para tudo e, conseqüentemente, para todos os enunciados que atuam como premissas numa seqüência dedutiva, isso

conduz a uma situação com três alternativas — todas elas inaceitáveis. (Albert dá a essa situação o nome de Trilema de Münchhausen). Nesse caso, temos que escolher entre:

a) um regresso infinito — que resulta da necessidade de se retroceder sempre mais na busca de fundamentos — o que se mostra inviável;

b) um círculo vicioso — que resulta quando, no processo de argumentação, se recorre a enunciados que no próprio processo de argumentação já surgiram anteriormente como carentes de fundamentação — esta alternativa é logicamente falha e não oferece portanto a desejada fundamentação.

c) uma interrupção do procedimento em um determinado ponto — tal alternativa, ainda que factível, nos envolve em uma suspensão arbitrária do processo de fundamentação<sup>3</sup>.

Uma vez que tanto um regresso infinito como um círculo vicioso são insustentáveis, existe a tendência de aceitarmos a terceira alternativa, a suspensão do procedimento. Com respeito aos enunciados nos quais se está disposto a interromper o processo de fundamentação, costuma-se falar em autofundamentação, auto-evidência, fundamentação no conhecimento imediato, na intuição ou em vivências, etc. Em suma, decide-se interromper o processo de fundamentação em um determinado ponto considerado arqui-médico para o conhecimento. Um enunciado que é visto como seguro, provedor da sustentação para os demais enunciados, só pode ser um enunciado verdadeiro e certo. Por não carecer de fundamentação ele tem o estatuto de um dogma;

Com efeito, a terceira alternativa desemboca no dogmatismo: “a fundamentação mediante o recurso a um dogma”<sup>4</sup>. Apelar para a evidência de últimas instâncias parece ter por objetivo disfarçar a decisão de se revogar o princípio da fundamentação suficiente naquele ponto. O dogmatismo costuma ser apresentado como inócua ou pelo menos como um mal necessário.

Se não se quer aceitar a dogmatização de certas instâncias, é preciso buscar um caminho que não conduza ao trilema de Münchhausen.

A solução para Albert vai consistir no abandono da busca de fundamentação última, na renúncia à pretensão de se atingir o ponto arqui-médico do conhecimento.

A seguir, Albert faz uma digressão sobre o chamado “modelo do conhecimento como revelação”. A expressão foi cunhada por Popper<sup>5</sup>.

No cerne do modelo do conhecimento como revelação está a convicção de que a verdade é evidente, no sentido de que é manifesta, de sorte que basta abrir os olhos para vê-la. Em muitos casos ela parece velada, pode ser difícil remover o véu que a encobre. O erro, na perspectiva

deste modelo, é explicado mediante apelo à vontade, ao interesse ou preconceito. Nossos erros se originam no fato de que a vontade (interesse ou preconceito) intervêm no conhecimento, maculando este processo, obstaculizando a apreensão da verdade, impedindo que esta se manifeste. Tal modelo faz do sujeito cognoscente um receptor obediente<sup>6</sup> que deve se submeter aos ditames do real.

As várias versões do modelo da revelação se distinguem pelo modo como cada uma entende qual seja a fonte de conhecimento e, conseqüentemente, pelo modo como se dá o acesso a essa fonte.

Na fase clássica da Filosofia Moderna encontramos o modelo do conhecimento como revelação em duas versões: no **intelectualismo clássico** — que privilegia a razão, a intuição intelectual, acentua o primado do saber teórico, e no **empirismo clássico**, que privilegia a observação, a percepção dos sentidos e acentua o primado dos fatos.

Encontramos em Descartes a expressão mais nítida do intelectualismo clássico que valoriza unicamente a intuição clara e evidente para um conhecimento claro dos objetos. A intuição nos garante acesso imediato à verdade, às verdades gerais, aos princípios a partir dos quais se pode chegar, mediante dedução, a outros conhecimentos. Não há outro caminho para o conhecimento seguro da verdade. A ciência almeja enunciados verdadeiros e fundamentados. Vê-se claramente em Descartes o vínculo entre exigência de certeza que domina sua busca da verdade e a exigência de fundamentação suficiente.

A segunda variante do modelo do conhecimento como revelação encontra-se no empirismo clássico de F. Bacon. Para este, somente através da percepção dos sentidos tem-se acesso direto à realidade e, com isso, à verdade. Este modelo valoriza a indução como forma para se alcançar conhecimento mediato. O objetivo, como para Descartes, é alcançar conhecimentos verdadeiros e fundamentados e, com isso, segurança e certeza no conhecimento. Também se vê claramente na concepção de Bacon a relação entre exigência de fundamentação suficiente e busca da certeza.

Tanto em Descartes como em Bacon a mente deve ser purificada dos preconceitos para que ela possa chegar à verdade revelada, a um fundamento sólido para o conhecimento. "Na origem do conhecimento, verdade e certeza estão relacionados e a certeza é transmitida juntamente com a verdade para todos os outros conhecimentos"<sup>7</sup>. Em ambos os casos, aptou-se pela terceira alternativa do trilema do Münchhauser suspensão do procedimento em um determinado ponto, através do recurso a convicções que trazem o selo da verdade, a instâncias dignas de crédito, a convicções, acatadas como intocáveis, por serem legitimadas pela autoridade da razão ou dos sentidos.

### 3. COMO SE SUPERA O DOGMATISMO?

Vimos como a metodologia clássica, tanto sua versão intelectualista como na empirista, é uma metodologia orientada por uma versão metodológica do princípio de razão suficiente, segundo a qual cada asserção, cada convicção tem que ser fundamentada mediante recurso a bases sólidas, a um fundamento inabalável. Para se evitar o regresso infinito ou o círculo vicioso não restaria outra alternativa que não fosse o apelo a dados últimos e indubitáveis, cuja certeza poderia ser plausibilizada fazendo-se valer seu caráter dogmático de revelação.

O caráter dogmático do modelo clássico de racionalidade não é tão inofensivo como se supunha; a dogmatização de enunciados tende a fixar o conhecimento no estágio alcançado, a inibir a evolução científica, que muitas vezes se apresenta de modo contra-intuitivo e contra-indutivo, ou seja, exigindo de nós uma alteração radical em nossos hábitos e percepção e de pensamento. Na prática, a exigência de fundamentação última acaba privilegiando estratégias conservadoras. Em suma, a crítica de Hans Albert ao modelo clássico de racionalidade pode ser resumida assim: "todas as certezas no conhecimento são auto-fabricadas e portanto não têm valor para a apreensão da realidade. Ou seja: nós sempre podemos adquirir certeza na medida em que imunizamos quaisquer partes de nossas convicções mediante a dogmatização contra qualquer crítica e, com isso, resguardamo-las contra o risco do fracasso"<sup>8</sup>.

O desenvolvimento da teoria clássica mostrou claramente que a busca da certeza e a busca da verdade se excluem, desde que não queiramos nos contentar com verdades desprovidas de conteúdo.

A proposta metodológica de Albert é que a exigência de fundamentação última seja substituída pela exigência de teste crítico, de discussão crítica de todos os enunciados em questão, com o auxílio de argumentos racionais. Na medida em que renunciamos a certezas auto-fabricadas temos mais chance de nos acercarmos da verdade, através de tentativas e erros, da construção de teorias com alto teor informativo e, portanto, mais sujeitas à crítica.

Os defensores da idéia da fundamentação supõem erroneamente que a busca da verdade e a aspiração à certeza sejam compatíveis e que devam caminhar juntas. A proposta de Albert, centrada na idéia de teste crítico, tem a vantagem de não permitir o aparecimento do trilema de Münchhausen, dado que tal trilema surge necessariamente quando se pretende alcançar um ponto arquimédico no conhecimento. A metodologia do teste crítico sabe que não existe um ponto arquimédico do conhecimento, a menos que ele seja produzido artificialmente e de modo arbitrário.

A nova concepção de racionalidade, incorporada no princípio do teste crítico, diferencia-se da teoria clássica, sobretudo quando torna desnecessário o recurso a quaisquer dogmas e não permite a dogmatização de qualquer espécie de soluções de problema.

Descarte, ele rejeita também toda pretensão de infalibilidade para qualquer instância em favor de um falibilismo conseqüente. Todo infalibilismo é um dogmatismo em potencial. Um criticismo conseqüente, que não permite nenhum dogma, acarreta um falibilismo em relação a qualquer instância possível.

#### 4. QUEM TEM MEDO DA VERDADE?

Qualquer instância, qualquer autoridade que reivindica imunidade contra a crítica. Quanto mais tal reivindicação é ressaltada, tanto mais se justifica a suspeita de que ela esconde o medo da descoberta de erros, isto é, o medo da verdade. Tal reivindicação parece ser uma espécie de auto-defesa daqueles que temem a verdade. Sua pretensão de infalibilidade dá respaldo à sua suspeita de que tal pretensão esconde o medo da descoberta de erros, em última análise, o medo da verdade.

O princípio do teste crítico tem muitas conseqüências. No âmbito teórico, do conhecimento, na medida em que ele acentua o caráter hipotético de todo conhecimento, posiciona-se contra o monismo teórico e privilegia o pluralismo, incentivando a busca de alternativas, condição que favorece o progresso do conhecimento. A aceitação de um determinado método, inclusive do método do controle crítico, envolve uma decisão moral, pois ela significa a aceitação de uma práxis metódica, muito importante para a vida social. "O modelo de racionalidade do criticismo é o projeto de um modo de vida, de uma práxis social e, por isso, tem significação ética e, mais que tudo, política"<sup>9</sup>.

A metodologia da ciência tem que fornecer pontos de vista críticos para a avaliação da práxis científica, dirigir a práxis de uma crítica capaz de promover o progresso do conhecimento humano, na medida em que torna possível a eliminação de concepções errôneas.

#### 5. A BUSCA DE CONTRADIÇÕES

Parece que uma metodologia que se orienta pela busca de fundamentação suficiente acaba privilegiando um conservadorismo no plano do conhecimento, premiando velhos erros contra uma crítica relevante e contra inovações. Com isso, se impede o progresso do conhecimento, pois idéias novas parecem ir contra a intuição, se afigurando, do início, como inverossímeis.

Uma metodologia crítica, ao contrário, compreende que o progresso do conhecimento exige a superação de hábitos velhos e arraigados.

O modelo clássico tem inclusive uma conotação utópica, na medida em que recomenda a eliminação de todos os preconceitos antes que se possa iniciar o processo do conhecimento. Contudo, é preciso lembrar que o conhecimento não parte do vácuo; não é possível pretender-se que a consciência se assemelhe a uma tabula rasa. A exigência de eliminação de todo preconceito, de purificação da consciência de toda idéia pré-concebida ou herdada da tradição, é utópica. A metodologia do Racionalismo Crítico reconhece que o preconceito tem um momento positivo: não se trata evidentemente de se recomendar a manutenção do preconceito, mas do reconhecimento de que o processo do conhecimento só tem início a partir de pressupostos — muitas vezes falsos — mas que atuam como hipóteses de trabalho, iluminando a investigação, pondo em marcha o processo do conhecimento. Tais preconceitos ou hipóteses de trabalho serão confrontados com a experiência. O confronto certamente revelará que eles são falsos, eivados de erros, e que necessitam, portanto, ser corrigidos ou abandonados.

A crença de que é possível purificar a consciência de toda idéia preconcebida, de que é possível exorcizar todo preconceito, é ilusória. O importante não é eliminar os preconceitos — o que não parece nem viável — mas torná-los úteis para o desenvolvimento do conhecimento. A tentativa de eliminá-los por completo é ingênua, pois, em geral, os preconceitos mais arraigados não são nem conhecidos ou identificados como tais. O Racionalismo Crítico, reconhecendo a inviabilidade da exclusão de todo preconceito, recomenda que os tornemos testáveis e que façamos um esforço para revisá-los com base em suas conseqüências. O que importa, portanto, é considerá-los não como dogmas, porém como hipóteses, sujeitas ao controle crítico, passíveis, pois, de se mostrarem falsas<sup>10</sup>.

A Lógica tem papel relevante na metodologia do Racionalismo Crítico; contudo, não como instrumento de fundamentação positiva, mas como órgão da crítica. O Racionalismo Crítico não se guia pelo postulado da razão suficiente, mas pelo postulado da contradição excluída: “procura sempre contradições relevantes, no intuito de expor convicções, até então tidas como válidas, ao risco do fracasso<sup>11</sup>. Isto não significa que as contradições sejam desejáveis por si mesmas ou que tenham que ser mantidas. Também não significa que elas exprimam o “âmbito da realidade”, como querem os dialéticos. É importante buscar contradições entre pensamento e realidade, tornando-as transparentes, para que possam ser reconhecidas e superadas.

Também não significa que o Racionalismo Crítico se dê por satisfeito com qualquer sistema livre de contradições, o que seria simples e cômodo. A busca de contradição põe em marcha a in-

investigação e se subordina, portanto, ao objetivo de impulsionar o conhecimento.

Vê-se por conseguinte que uma metodologia orientada para a busca de contradições não é uma metodologia apropriada para conservar convicções e fixar o conhecimento no estágio até então alcançado, mas uma metodologia que cria condições existentes. Não se aspira à justificação do existente através do recurso a fundamentos seguros; aspira-se à sua refutação.

## 6. CONSTRUÇÃO E CRÍTICA: PLURALISMO TEÓRICO

A metodologia do Racionalismo Crítico tem como meta a construção de teorias que possuem grande força explanatória e que se aproximem, portanto, o mais possível da verdade. Não importa a origem das teorias, mas sim, seu desempenho.

O fato de uma teoria ter sua origem na meta física não constitui um defeito, pois muitas concepções oriundas de teorias metafísicas revelaram-se extremamente férteis do ponto de vista científico.

A ciência não caminha a partir de uma base segura e sim, através da especulação corrigida pela argumentação, vale dizer, da construção controlada pela crítica. As concepções metafísicas podem ser relevantes, na medida em que fornecem idéias contra-indutivas e contra-intuitivas que podem romper nossos hábitos mentais e esboçar alternativas de explicação. O fato de que concepções metafísicas não possam ser diretamente confrontadas com os fatos não constitui motivo suficiente para não levá-las a sério, pois elas podem inspirar teorias testáveis, além de possuírem notável potencial crítico.

Um dos aspectos importantes do Racionalismo Crítico é a importância concedida ao pluralismo teórico. Considerando que nunca se pode ter certeza de que uma determinada teoria é ou não verdadeira, urge buscar alternativas, ou seja, outras teorias que sejam eventualmente melhores: por possuírem maior força explanatória, evitar erros ou superar dificuldades que não puderam ser resolvidas pelas teorias disponíveis até então.

A metafísica está para a ciência, assim como a utopia para a política. Metafísica e utopia contêm extraordinário potencial crítico; "assim como a utopia visa a uma mudança radical do atual estado da sociedade humana, da mesma forma a metafísica visa a uma metamorfose radical do estado do conhecimento. Ambas contêm uma negação do existente, um potencial crítico cujo aproveitamento torna necessária a elaboração de uma alternativa concreta. "A concretização da metafísica

ocorre através da elaboração de uma alternativa teórica, a da utopia, através da elaboração de uma alternativa institucional. Em ambos os casos, ter-se-á que estar constantemente preparado para o fato de que a experimentação na realidade obriga a revisões que não eram previsíveis”<sup>1 3</sup>.

Enquanto que a metodologia da fundamentação suficiente se alia naturalmente a um monismo teórico que repele alternativas e teorias rivais, já que a preocupação é a elaboração de uma teoria comprovada e fundamentada, a metodologia do Racionalismo Crítico, na medida em que privilegia o pensamento em alternativas, propugna pelo pluralismo teórico que, por sua vez, tem alto potencial crítico. O pluralismo teórico é um meio de evitar a dogmatização de teorias e a sua transformação em sistemas metafísicos imunes à crítica.

O Racionalismo Crítico é uma teoria do conhecimento que contempfa o papel da experiência, como também o papel da intuição, sem no entanto mitificar a experiência ou a intuição intelectual como o fizeram o racionalismo e o empirismo clássicos. No lugar da visão — sensorial ou espiritual — aparecem a construção e o experimento. É a atividade humana que articula as construções teóricas e as submete ao controle da empiria. O conhecimento se move, pois, entre a construção e a crítica; é uma parte da praxis humana, na qual decisões se afiguram como inevitáveis. A teoria do conhecimento, sendo teoria dessa praxis coloca à disposição os pontos de vista críticos para uma avaliação de seus resultados, oferecendo não mais que pontos de apoio para decisões racionais.

## NOTAS

- (1) Hans Albert: **Tratado da Razão Crítica**, p. 22-23.
- (2) Idem, p. 23.
- (3) Idem, p. 26-27.
- (4) Idem, p. 27.
- (5) Karl R. Popper. As origens do conhecimento e da ignorância. In **Conjecturas e Refutações**, p. 31-58.
- (6) Hans Albert, op. cit., p. 29.
- (7) Idem, p. 36.
- (8) Idem, p. 48.
- (9) Idem, p. 58.
- (10) Idem, p. 59.
- (11) Idem, p. 60.
- (12) Idem, p. 65.
- (13) Idem, *ibidem*

## BIBLIOGRAFIA

- ALBERT, Hans. **Tratado da Razão Crítica**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976.
- POPPER, Karl R.. **Conjecturas e Refutações**, Brasília, Ed. da UnB, s/d.